

Jacqueline de Souza Alves da Silva

De: Presidência
Enviado em: terça-feira, 31 de maio de 2022 12:37
Para: Jacqueline de Souza Alves da Silva
Assunto: ENC: PEC 11/2022 - piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira.
Anexos: Ofício FNP Nº 561-2022 -Piso da Enfermagem apoio emenda - Rodrigo Pacheco.pdf

De: Secretaria FNP [mailto:secretaria@fnp.org.br]
Enviada em: terça-feira, 31 de maio de 2022 10:56
Para: Agenda do Presidente do Senado Federal <agendapresidencia@senado.leg.br>; Sen. Rodrigo Pacheco <sen.rodrigopacheco@senado.leg.br>; Presidência <presidente@senado.leg.br>
Assunto: PEC 11/2022 - piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira.

A Sua Excelência o Senhor
Rodrigo Pacheco
 Presidente do Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com os cordiais cumprimentos, a **Frente Nacional de Prefeitos (FNP) solicita a aprovação da EMENDA 1 PLEN**, de autoria do Senador Giordano (MDB/SP), ao texto da **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Nº 11/2022**, que institui o piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira. **Prefeitas prefeitos da FNP defendem que as despesas decorrentes dessa medida sejam integralmente custeadas pela União.**

Os governantes locais da FNP ressaltam que o mérito da PEC é inquestionável. No entanto, os municípios não possuem suporte orçamentário para arcar com os custos desta medida.

Apesar do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados, que analisou o impacto financeiro e orçamentário do novo piso, apontar um **impacto nos municípios** na ordem de R\$ 4,11 bilhões, os estudos apresentados pelo CONASS e CONASEMS estimam um **impacto anual total superior a R\$ 15,19 bilhões**.

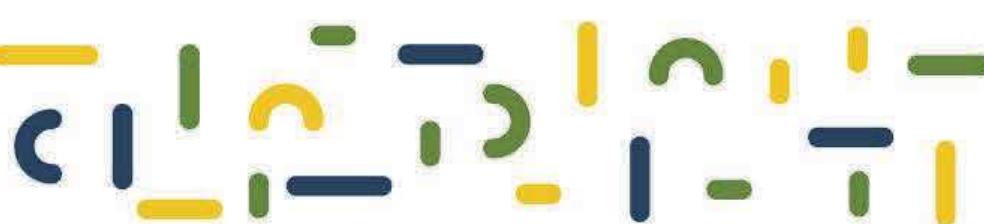
É fato que **a participação dos municípios no financiamento da saúde tem sido crescente ao longo dos anos e alcançá patamar muito acima dos 15% estipulados pela Constituição Federal (gráfico abaixo)**. Em 2020, **os municípios destinaram, em média, 23% da receita corrente líquida, ou seja, R\$ 35,77 bilhões aplicados acima da exigência constitucional**. Esse valor adicional equivale ao total da quota-partes do IPVA destinado aos municípios, mais a receita total com taxas.

Dante o exposto, prefeitas e prefeitos da FNP **reiteram a necessidade da aprovação da Emenda 1 de Plenário para que a PEC contemple a previsão de recursos federais para o custeio do piso nacional da enfermagem.**

Certos de que a pauta municipalista é essencial para a promoção e o desenvolvimento de políticas públicas efetivas em todo o país, reforçamos a importância do atendimento do referido pleito, ao tempo em que agradecemos a atenção de Vossa Excelência.

Com cordiais saudações,

EDVALDO NOGUEIRA FILHO
Prefeito de Aracaju/SE
Presidente da Frente Nacional de Prefeitos



Ofício FNP Nº. 561/2022

Brasília/DF, 31 de maio de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Rodrigo Pacheco
 Presidente do Senado Federal

Assunto: PEC 11/2022 - piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira.

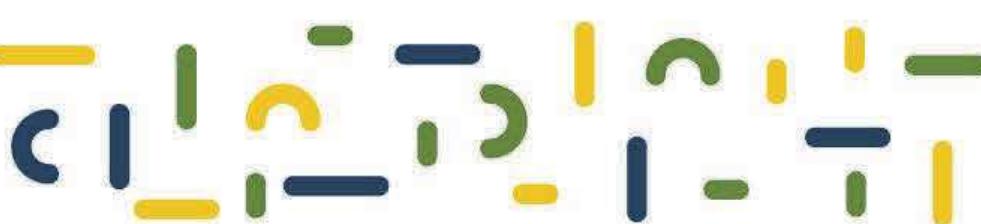
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com os cordiais cumprimentos, a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) solicita a aprovação da EMENDA 1 PLEN, de autoria do Senador Giordano (MDB/SP), ao texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Nº 11/2022, que institui o piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira. Prefeitas prefeitos da FNP defendem que as despesas decorrentes dessa medida sejam integralmente custeadas pela União.

Os governantes locais da FNP ressaltam que o mérito da PEC é inquestionável. No entanto, os municípios não possuem suporte orçamentário para arcar com os custos desta medida.

Apesar do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados, que analisou o impacto financeiro e orçamentário do novo piso, apontar um impacto nos municípios na ordem de R\$ 4,11 bilhões, os estudos apresentados pelo CONASS e CONASEMS estimam um impacto anual total superior a R\$ 15,19 bilhões.

É fato que a participação dos municípios no financiamento da saúde tem sido crescente ao longo dos anos e alcança patamar muito acima dos 15% estipulados pela Constituição Federal (gráfico abaixo). Em 2020, os municípios



destinaram, em média, 23% da receita corrente líquida, ou seja, R\$ 35,77 bilhões aplicados acima da exigência constitucional. Esse valor adicional equivale ao total da quota-parte do IPVA destinado aos municípios, mais a receita total com taxas.

Valores aplicados em saúde acima do mínimo exigido pela EC nº 29/2000
em R\$ bilhões corrigidos pelo IPCA médio de 2020



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Ministério da Saúde/Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops).

Diante o exposto, prefeitas e prefeitos da FNP **reiteram a necessidade da aprovação da Emenda 1 de Plenário para que a PEC contemple a previsão de recursos federais para o custeio do piso nacional da enfermagem.**

Certos de que a pauta municipalista é essencial para a promoção e o desenvolvimento de políticas públicas efetivas em todo o país, reforçamos a importância do atendimento do referido pleito, ao tempo em que agradecemos a atenção de Vossa Excelência.

Com cordiais saudações,



EDVALDO NOGUEIRA FILHO
Prefeito de Aracaju/SE
Presidente da Frente Nacional de Prefeitos